

## A Importância da Leitura na Sociedade Contemporânea e o Papel da Escola Nesse Contexto

*"A leitura não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade."*

ENI ORLANDI(2)

Nada mais arriscado que pretender abordar, de forma compreensiva, questões complexas, com muitas veredas e que estão sempre vindo à baila.

Temas polêmicos, das mais variadas naturezas, entram em discussão, permanecem em voga e são analisados constantemente sem que, no entanto, possamos fazer a necessária reflexão para bem estudá-los.

Encaixa-se, nesse quadro, cremos, a questão da leitura – muito bem-tratada, certas vezes, ou então, em outras circunstâncias, focalizada sem os necessários olhos críticos, sem os suficientes quadros teóricos que permitam dar conta de algumas das muitas indagações que, a propósito, se lançam no ar.

Mesmo correndo o risco de cair em semelhante armadilha e podendo incorrer nas próprias críticas aqui registradas, pensamos ser importante refletir, de forma geral, sobre problemas de leitura, sobre as funções que a leitura desempenha e basicamente sobre as relações que se estabelecem entre essa atividade e algumas das matrizes geradoras de educação – em especial a escola.

Mas, o que é leitura? Em que instâncias se desenvolve? É antiga essa preocupação com a atividade? Por que motivo os especialistas contemporâneos vêm voltando parte de suas atenções, e com tanto vigor, em direção à leitura?

Em verdade, a preocupação com a leitura – e evidentemente com a escrita – esteve sempre muito presente na história.

1 Professora Livre-docente Associada da Faculdade de Educação da USP.

2 Eni P. ORLANDI. *Discurso e leitura*. São Paulo/Campinas: Cortez/Edunicamp, 1988/1989.

O advento da imprensa e a expansão da indústria cultural tornaram ainda mais candentes os questionamentos sobre o tema – questionamentos que passaram a se ligar de modo sistemático à educação formal. Assim, a leitura e a escrita vêm sendo quase sempre focalizadas como concernentes exclusivamente à escola e vistas como operações básicas, cuja pertinência seria antes da área pedagógica.

Se nos detivermos um pouco para examinar a natureza das abordagens teóricas por que passaram e ainda passam a leitura e a escrita, veremos como se alteram os enfoques, ante as mudanças sociais, históricas e intelectuais que vêm marcando a humanidade.

Se hoje ler e escrever são entendidos como operações essenciais em nossa sociedade – decorrendo daí o vigor das preocupações em torno do tema –, no passado, no entanto, nem sempre isso ocorreu. Se pensarmos, por exemplo, na escrita e evidentemente na leitura, observaremos que, por entre os meandros da história, ambas foram motivo não de prestígio, mas, algumas vezes, de ataques muito veementes; foram razão de muitas insurreições.

Um breve retrospecto pode-nos dar conta do papel representado pelo livro, pela leitura, pela escrita, mesmo em épocas nas quais a divulgação de textos era bastante pequena e difícil, ficando mais reservada a alguns poucos iniciados.

Apenas para registrar alguns importantes ângulos desses ataques, temos o exemplo de PLATÃO, que se insurgiu contra a escrita e, evidentemente, contra a leitura – a qual, segundo ele, traria o esquecimento às mentes – enquanto exaltava, por outra parte, a completude e excelência do discurso oral do ateniense. E PLATÃO enaltece a oralidade com aquela maestria e brilho tão característicos de todos os seus textos; textos esses cuidadosamente concebidos e estruturados por escrito para serem lidos como se fossem orais.

Por certo, os ataques de PLATÃO à escrita explicam-se historicamente pelos próprios fundamentos que sustentam sua filosofia e inscrevem-se antes como uma espécie de discussão travada em relação a ele próprio, na medida em que, para o pensador grego, estão bastante claros dois aspectos: o valor atribuído ao diálogo socrático não-escrito e a natureza de sua própria produção textual, através da qual PLATÃO, ao combater a escrita, evidencia a plena consciência não de um hipotético esquecimento do saber, mas, ao contrário, a certeza de uma solidificação cada vez mais forte do pensamento, pressuposta pela escrita e pela leitura que dessa escrita se faz.

Além de PLATÃO, outros, muitos outros se insurgiram, através dos tempos, contra as atividades de ler e escrever. E por trás dessas investidas sempre encontramos, na raiz de tais combates, razões históricas, sociológicas e políticas a sustentar as mais diferentes posições. Há, pois, continuamente um fator ideológico que subjaz aos partidos tomados, no que respeita ao tratamento de semelhantes questões.

E no tocante à leitura, de modo mais específico, observamos que os fatos não ocorreram diferentemente. Se tomarmos como ponto de referência a escola e o tratamento que ela vem dando ao tema, nas últimas décadas, e em todo o mundo, verificaremos a coexistência de concepções muito diversas e de movimentos diferentes emprestados seja a essas próprias concepções do que venha a ser leitura, seja às formas de se trabalhar com leitura no âmbito escolar, seja ainda no que concerne às definições de leitor, texto e mesmo de livro.

Especialmente com relação ao livro, tantas vezes mitificado e visto como objeto quase litúrgico, começou-se a assistir a uma súbita desconfiança de que ele estaria em vias de desaparecimento, em virtude, principalmente, dos saltos da revolução eletrônica dos últimos tempos.

O aperfeiçoamento da imagem, por exemplo, provocou inquietações e levou até mesmo a previsões catastróficas em relação ao futuro da leitura e do livro. Temia-se que a era de Gutemberg estivesse prestes a ser tragada pelo poder incomensurável das transmissões eletrônicas, do *laser*, dos satélites.

Se assistimos, por exemplo, ao advento poderoso do vídeo, por que então continuarmos a insistir com o livro? Alegações e motivos de superfície e pouco substanciosos passaram a fazer parte do repertório de preocupações até mesmo de respeitáveis intelectuais que, um pouco atordoados com a voragem dos novos fatos, atônitos, acabaram por acreditar que se estava mesmo assistindo ao final de uma era.

Assim, muitos vacilam ainda hoje ante afirmações peremptórias, mas nem sempre aceitáveis. Ouvir-se, por exemplo, que "a imagem bloqueia as possibilidades de leitura" tornou-se fato corriqueiro, mesmo que carente de dados a autorizarem a asserção. Na verdade, tudo não passa de conjeturas, pois como diz MILANESI: "a afirmação oposta, de que a imagem estimula a leitura também é válida"(3). Em realidade, hoje o que mais se verifica é que visual e escrita interagem na "busca de respostas", sendo que a leitura e a escrita aliam-se ao cinema, à TV e ao vídeo na tentativa de captar e explicar melhor este nosso mundo que se expande mais e mais a cada dia.

Mas, retomando o fio e tentando responder a questionamentos anteriores, perguntamos novamente: O que é leitura? Como ocorre? Qual o seu lugar? E que instâncias levam a seu desenvolvimento?

Definir leitura, em um sentido amplo, vista como atividade intelectual eminentemente humana, não é tarefa das mais difíceis. Complicado e limitador, porém, é tentar conceituar e descrever as interfaces que compõem o todo da atividade, analisar os elementos que integram o seu campo de ação, procurando ainda circunstanciar as situações em que se realiza e determinar os papéis que a leitura desempenha durante sua produção, bem como estudar os atores componentes de tal realização.

Alguns itens, entretanto, saltam como mais evidentes: entre grupos letrados, a leitura – um simbolismo de 2º Grau – instaura-se como processo de natureza histórica, revelando-se ainda como um tipo de atividade integradora e imprescindível à vida social.

Diferentemente do que até há algum tempo se pensava, a leitura não se constitui em ato solitário, nem em atividade monológica do indivíduo, pois este indivíduo, ao ler um texto, um livro, interage não propriamente com o texto, com o livro, mas com os leitores virtuais criados pelo autor e também com esse próprio autor. O texto passa assim a exercer uma mediação entre sujeitos, tendo, pois, a incumbência de estabelecer relações plurais entre leitores reais ou virtuais, que são plurais também, já que o ato de ler só se dá verdadeiramente entre "um leitor virtual que é constituído no próprio ato da escrita" e um leitor real, na medida em que esse leitor imaginário, criado pelo autor, "dialoga com esse leitor real", com esse "leitor que lê o texto e dele se apropria"(4).

3 L. A. MILANESI. *Ordenar para desordenar*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 220.

4 Eni P. ORLANDI. Op, cit., p. 9.

A partir, portanto, dessa inter-relação, institui-se a atividade fundamental de leitura, institui-se o jogo entre leitores, que são aqueles atores do processo a que já nos referimos – atores que realizam o jogo de atribuir sentidos a textos, jogo que permite enlaçar e atravessar incansavelmente os textos de sentidos diversos; jogo que se mostra como atividade social, histórica, e que só aparentemente pode ser tomada por individual, já que todo leitor sempre produz sua leitura em determinadas condições e em ~determinado lugar social.

Assim, leitor e leitura não existem isoladamente. Antes, constituem-se, erigem-se mutuamente nesse ato de produção. E se, como já afirmamos, tal leitor é sempre parte de um grupo social, ele certamente carreará para esse grupo elementos de sua leitura, do mesmo modo que, para a leitura, trará aquelas vivências advindas do social; trará para o texto sua experiência prévia de vida e também suas visões individuais de mundo. Enfim, preencherá o texto com sentidos que expressem as circunstâncias sócio-históricas e pessoais de seu tempo e de seu entorno.

Leitor e leitura se constituem, pois, como elementos vitais desse jogo de interlocução contínua, a alargar indefinidamente as possibilidades de atribuição de sentidos.

E, desse modo, leitor e leitura atuam na construção de um processo social de mão dupla, desenvolvendo um tipo de ação que se dá em espaço muito amplo, pois os inumeráveis sentidos atribuídos a um texto e dele também absorvidos entram em consonância com a história de vida de cada um e, ainda, em consonância com o imaginário pessoal e coletivo dos indivíduos.

Portanto, uma sociedade que domine a leitura e a escrita tem conseqüentemente o dever de estender e garantir politicamente o domínio de tais atividades a todos os seus cidadãos.

Mas, quem de direito deve formalmente planejar, implementar e realizar semelhante tarefa? Fundamentalmente a escola, mas sem abrir mão das contribuições de outras matrizes geradoras de educação; sem abrir mão das contribuições da família, do grupo social, dos próprios veículos de massa.

Nossa sociedade hoje precisa não só garantir a permanência do processo de interlocução que se instaura entre leitores e leituras, mas também delinear mais nitidamente os espaços em que tal atividade seja sistematicamente produzida.

E como se vem revelando entre nós o trabalho da escola em relação ao processo de produção da leitura?

Quer-nos parecer que a escola continua-se mostrando **anacrônica** e **autoritária** como, de resto, sempre foi. E o que se pretende expressar exatamente com tal afirmativa?

Mesmo reconhecendo que compete à escola delimitar campos específicos de atuação, dentre eles o da leitura, que se desenvolve como atividade escolar de base, é preciso que essa escola se torne mais sensível às reclamações que chegam até ela em relação ao tema e que desperte para a evidência de uma nova realidade que se impõe ante um mundo que se define com novos contornos, pois como bem observam CHARTIER e HÉBRARD "em nossa modernidade houve uma sensível mudança dos próprios *loci* da leitura. Se antes se lia, talvez mais, só na escola ou 'no espaço privado do quarto', observa-se hoje, porém, que o exercício de ler ocorre menos na escola, na casa e

**mais** nos lugares públicos"-5. Lê-se de tudo e em toda a parte: jornais, revistas, outdoors, livros, horóscopo; panfletos, receitas; lê-se nos ônibus, nas filas, ante as bancas de jornais. E quem lê são indivíduos de todas as faixas etárias e das diferentes classes sociais.

O leitor contemporâneo e a leitura que hoje se faz têm perfis diferentes daqueles com que **idealmente** a escola vem trabalhando há décadas.

O final dos anos 80 e o início dos 90 desvendaram, pois, a existência de um outro tipo de leitor, social e individualmente diferente. E "este novo leitor que lê no meio dos outros está em perfeita osmose com seu entorno: ele não mais está só na imensidão do mundo. E seu ler encontra-se muito bem ancorado no reconhecimento de um grupo social". Parece até mesmo que "a letra invadiu a vida" e que "para além dos leitores, permanecem as questões de leitura".

E que aspecto fundamental sustenta essa atividade de ler, hoje tão disseminada por espaços diversos e pouco desenvolvida na escola? Certamente é o **prazer** de ler – força que impulsiona e mantém viva a leitura. E assim essa leitura, de várias naturezas, mesmo que dispersa por entre tantos *loci*, reforça mais sua enorme importância e necessidade, já que é sempre produzida no espaço social de uma interlocução real e virtual, acontecendo quase que sob a forma de uma **conversação** que se tem, como ensina PROUST, "com indivíduos muito mais sábios e mais interessantes que aqueles que podemos ter a chance de conhecer a nossa volta"<sup>7</sup>.

E como então questionar o trabalho com leitura na escola? Qual tem sido e como se deveriam definir essas funções e papéis que a escola desempenha em tal âmbito?

A escola, sem dúvida, trabalha com muitas das interfaces da leitura. Há o ler que prioritariamente se detém na busca de informação. Há o ler cuja natureza é puramente funcional. E há o ler do produto ficcional – que deveria ser fonte de grande prazer para os estudantes, mas que, ao contrário, acaba por se constituir em desagradável exercício de coerção, momento em que melhor se evidenciam o autoritarismo e a extemporaneidade que vêm marcando boa parte de nosso sistema escolar. E é nesse mesmo momento que se anulam as possibilidades de fruição da leitura.

E por que razão as "coisas" se passam desse modo?

Não é demais repetir que o anacronismo da escola formal parece ignorar a passagem do tempo, desconhecer aquelas novas faces do mundo e não enxergar a vida real, as atividades reais mais freqüentes entre as pessoas – atividades que se projetam com grande visibilidade.

Se é verdade que leitura, antes de mais nada, é processo de interlocução; se é verdade, como aliás já apontamos, que o imaginário pessoal e coletivo se desenvolve a partir do convívio com o grupo social e por força das experiências prévias de mundo de cada um; se é verdade também que a necessidade de ficção é um imperativo categórico para todos os indivíduos, por que então não atentar para essas dimensões todas que a leitura pode ajudar a construir, ao se propor um trabalho da escola nessa área?

5 A. M. CHARTIER, J. HÉBRARD. *Discours sur la lecture*. Paris: Centre Pompidou, 1990. p. 450.

6 Idem, *ibidem*.

7 M. PROUST. *Sobre a leitura*. Campinas: Pontes, 1990. p. 26.

Um outro ponto precisa também ser aqui levantado. Reclama-se muito! Reclama-se sempre que a criança e o jovem não lêem e não gostam de ler. Afirmações peremptórias como essas, gratuitas e, no mais das vezes, maldiscutidas transformam-se em preconceito cristalizado que vai penetrando acriticamente em pessoas e grupos, acabando por se transformar em **dogma**. E uma vez o dogma absorvido, muito mais difícil se torna reverter situações indesejadas.

A criança, o jovem que estuda – e também o adulto –, todos gostam, sim, de ler e lêem razoavelmente. Mas, salvo exceções, **não suportam ler na escola**, já que os textos que lhes são propostos quase nunca despertam, mesmo sendo textos considerados clássicos, o necessário prazer que deve presidir toda a atividade do leitor. Lêem mais por exigência de uma avaliação, muitas vezes, draconiana; lêem para poderem responder às questões pouco interessantes e unidirecionais dos livros didáticos e cujas respostas são exigidas e avaliadas pelo professor. Quase nunca a leitura vem ligada à satisfação. Quase nunca a leitura ocorre em um espaço socializado e aberto.

Desconfiamos, pois, que na escola se pensa que a presença do prazer excluiria a da seriedade. A escola, em sua maior parte, parece desconhecer a máxima francesa que diz: "*le jeu ne s'oppose pas au sérieux*". E assim, dogmática, pouco afeita à autocrítica e pouco receptiva à crítica e à reflexão, a escola conduz, entre outros, a um trabalho com leitura que deixa muitíssimo a desejar.

E é nessa hora que tal escola perde qualquer razão, caminha sem rumo, às cegas, construindo, em vez de aprendizagem efetiva, um campo de tensões e conseguindo a triste façanha, sobretudo no que concerne à leitura, de abolir e castrar momentaneamente, entre os alunos, aquela atividade dialógica fundamental que define a natureza humana.

Leitura e escrita apresentam, evidentemente, características que demandam uma preocupação lingüística e pedagógica. E dessa forma a escola precisa, sem dúvida, além de trabalhar a fruição, cuidar dos modos de produção da leitura e da forma pela qual o indivíduo constrói sua atividade de leitor. Fazer tudo isso é preciso sim, mas desbastando o excessivo **pedagogismo** que marca boa parte das atividades didáticas formais.

Se é certo que essas características básicas apontadas necessitam de preservação, é certo também que elas só se desenvolverão com plenitude quando recobertas e ampliadas pelas dimensões políticas, históricas e sociais que presidem o ato de ler.